

EDUCAÇÃO DO CAMPO, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: O PROTAGONISMO FEMININO DAS COMUNIDADES VILA DO PURAQUEQUARA E BELA VISTA NO LAGO DO PURAQUEQUARA-AM.

Ana Rita de Oliveira Paulino[1]

Heloisa da Silva Borges[2]

Eunice de Lima Garcia [3]

Círculo de Saber: Políticas Educacionais e Educação do Campo.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar o papel das mulheres nas comunidades rurais, especialmente na promoção da Educação do Campo, suas Práticas Pedagógicas e o fortalecimento de políticas públicas. A pesquisa é bibliográfica conforme Sousa, Oliveira e Alves (2021); Severino (2007) e outros, empregando uma abordagem qualitativa de acordo com (Bogdan; Biklen, 1994), utilizando coleta de dados por meio de entrevistas dialéticas e diálogos, fundamentados na metodologia de Paulo Freire, que valoriza o diálogo, a problematização e a conscientização social. Durante o estudo, foram realizadas visitas às comunidades, favorecendo a compreensão das experiências e saberes das mulheres vinculadas às Comunidades Vila do Puraquequara e Bela Vista. A análise teórica apoia-se em autores como Caldart (2002, 2004, 2012), Freire (2002), Gohn (2010), Ghedin e Franco (2008), Chaui (1989), e Bobbio (2000), que destacam a importância da Educação do Campo, a cultura popular, a luta por direitos e a necessidade de contestar a cultura patriarcal no meio rural. Os resultados indicam que fortalecer as práticas pedagógicas e as políticas específicas é crucial para promover a autonomia das mulheres e avançar na equidade social no contexto rural, contribuindo para uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: Educação do Campo; Práticas Pedagógicas; Mulheres Camponesas

Introdução

[1] Mestranda em Educação, Universidade Federal do Amazonas (UFAM) http://lattes.cnpq.br/2544904464240831; Email: ar75am@hotmail.com; Orcid: 0009-0007-6681-6124.

[2] Doutora em Educação Universidade Federal do Amazonas (UFAM) Brasil. Professora do Departamento de Administração e Planejamento e do Programa de Pós-graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal Amazonas - Brasil. E-mail: helo-borges@hotmail.com Orcid: 0000-0001-7629-7056 Lattes: http://lattes.cnpq.br/9429409939324333.

[3] Mestranda em Educação, Universidade Federal do Amazonas (UFAM) https://lattes.cnpq.br/3245091184647039 - E-mail: garcialima.eunice@gmail.com. Orcid: 0009-0007-2739-1928.



A educação desempenha um papel fundamental na transformação social e na garantia de direitos para os grupos historicamente marginalizados, especialmente no contexto do campo. Nos últimos anos, com os movimentos sociais, tem-se fortalecido a discussão sobre a necessidade de promover uma educação que respeite as especificidades culturais, econômicas e sociais das comunidades do campo, reconhecendo-as como protagonistas de seus próprios processos de desenvolvimento.

Nesse contexto, a Educação do Campo emerge como uma abordagem indispensável para fortalecer as identidades locais, promover a soberania e assegurar o acesso a direitos básicos, como saúde, educação e renda. O presente estudo, realizado na perspectiva das práticas pedagógicas e das políticas públicas, busca evidenciar a experiência das mulheres das comunidades Vila do Puraquequara e Bela Vista, evidenciando suas ações, conhecimentos e o papel que desempenham na construção de uma educação de convivência e resistência.

Segundo o Decreto n° 7.352, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Escola do Campo é aquela situada em área rural ou em área urbana, desde que atenda predominantemente às populações do campo. Além disso, de acordo com Roseli Salete Caldart, autora da obra *Pedagogia do Movimento Sem Terra* (2000), numa visão mais ampla e crítica, a Educação do Campo pode ser compreendida como um fenômeno social constituído por aspectos culturais, políticos e econômicos.

Este artigo constitui o resultado de uma pesquisa desenvolvida durante o curso de Especialização em Educação do Campo e Práticas Pedagógicas pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. A investigação foi realizada em parceria com dois grupos de mulheres residentes nas Comunidades Vila do Puraquequara e Bela Vista no Lago do Puraquequara, ambos localizados na zona rural de Manaus.

O objetivo central deste trabalho foi evidenciar a importância da Educação do Campo e de suas Práticas Pedagógicas para a comunidade, buscando contribuir para a luta pelos direitos dessa população. Nesse contexto, também se destacou a relevância da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais na promoção da cidadania. Segundo Gohn (2010), o que existe em comum, entrelaçando os



movimentos sociais com a educação, é a luta por cidadania, uma vez que o termo está diretamente ligado à noção de direitos.

Por meio da coleta de dados, foi possível observar que, apesar da existência de políticas públicas relacionadas à educação e saúde, essas não estão adequadamente atendendo às necessidades reais das populações que residem no campo, deixando evidente a lacuna entre as políticas formuladas e sua implementação. Além disso, constatou-se que a comunidade tem pouca participação na construção dessas políticas, muitas vezes por falta de conhecimento sobre o processo de elaboração delas.

Dessa forma, foi possível perceber que os espaços nos quais a comunidade ainda se reúne para discutir suas problemáticas sociais costumam ser a escola e a igreja; estes dois ambientes sempre estiveram abertos para que a educação se faça presente. Como afirma Brandão (2007), “de uma forma ou de outra, o processo educativo estará sempre acontecendo nas nossas vidas, em todos os momentos e todos os lugares”. Ele complementa, dizendo que ninguém escapa da educação, pois, “em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturados com a educação. Com uma ou várias educações? [...]” (Brandão, 2007. p 7).

Por fim, cabe destacar que o grupo envolvido nesta pesquisa é composto, basicamente, por mulheres, com participação reduzida de seus cônjuges, sendo, na sua maioria, uma organização de natureza feminina. Assim, este artigo busca contribuir para o entendimento do papel das mulheres nas comunidades rurais, bem como para a reflexão sobre a importância de fortalecer a Educação do Campo e suas práticas pedagógicas nesse contexto, promovendo a luta por direitos e cidadania.

Metodologia

Este estudo foi conduzido por meio da pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, centrada na coleta de dados através de instrumentos metodológicos que possibilitaram uma compreensão aprofundada da realidade das mulheres nas



comunidades estudadas. Assim, a pesquisa é qualitativa, por privilegiar a dimensão processual do conhecimento e as análises descritas da política educacional pesquisada (Bogdan; Biklen, 1994), reforça que ela é qualitativa, pois se caracteriza pelo contato direto com a fonte de dados.

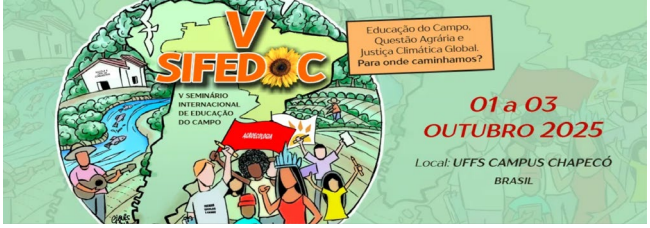
A coleta de informações foi realizada através de formulários semiestruturados abertos, que permitiram a expressão livre das participantes; além disso, realizaram-se entrevistas semiestruturadas, aplicadas com base na metodologia dialética de Paulo Freire. Essa metodologia, por sua vez, favoreceu o diálogo, a problematização e a conscientização das participantes acerca de sua realidade social, política e educacional.

Ademais, Sousa, Oliveira e Alves (2021) descrevem a pesquisa bibliográfica como uma metodologia de pesquisa, associada ao que já foi escrito, partindo de uma apropriação dos conhecimentos produzidos sobre a temática estudada. Portanto, a pesquisa bibliográfica busca refletir os reais significados para o aprimoramento do conhecimento, aprofundando o entendimento do objeto pesquisado. Para Severino (2007, p. 188), a pesquisa bibliográfica “É aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos e teses etc. Utiliza-se dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados.”

Assim, a pesquisa buscou evidenciar a ausência de políticas públicas direcionadas à população do campo, além de identificar o papel de liderança desempenhado pelas mulheres nos espaços sociais da comunidade, como na escola, na igreja, no posto de saúde, na família e nos grupos de trabalho. Dessa forma, observou-se que, mesmo atuando frequentemente como lideranças nesses ambientes, as mulheres acabam sendo invisibilizadas nas questões burocráticas e na representatividade formal, muitas vezes sendo representadas por figuras masculinas.

Nesse contexto, Marilena Chaui (1989) nos afirma este fato quando diz que: “Apesar da desintegração do patriarcado rural, a mentalidade patriarcal permaneceu na vida e na política brasileira, pelas vias do coronelismo, do clientelismo e do protecionismo”.

Por fim, essa compreensão fundamentou a análise do processo metodológico, que reconhece a complexidade das relações de poder e a cultura patriarcal forte na



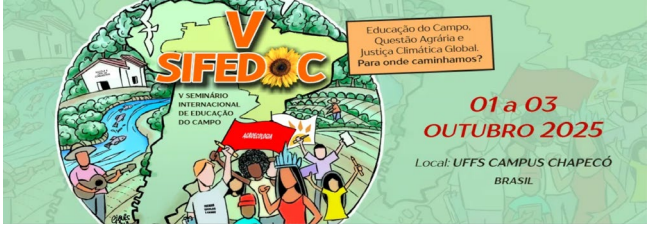
sociedade do campo, contribuindo, assim, para uma abordagem crítica e transformadora na pesquisa.

Educação do Campo e Práticas Pedagógicas na Organização do grupo de mulheres para geração de renda compartilhada com princípios da Economia Solidária

A Educação do Campo, assim como suas Práticas Pedagógicas na organização do grupo de mulheres para a geração de renda compartilhada com princípios da Economia Solidária, revela uma complexidade que vai além das ações pontuais, envolvendo as múltiplas realidades e sujeitos que compõem o universo rural brasileiro. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do Estado do Amazonas, de acordo com o último Censo realizado em 2024, tem 4.281.209 habitantes, dos quais 2.063.547 vivem na área urbana e 2.217.662 na área rural. Como podemos observar através dos dados do 'IBGE', a população rural já não é considerada mais aquele "vazio no mapa", pois há bastantes pessoas que residem, trabalham e estudam no campo.

Para Caldart (2002, p. 30), o campo tem diferentes sujeitos que são pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas pescadores, camponeses, assentados, reassentados, ribeirinhos, povos da floresta, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, boia-fria, e outros grupos mais

Desse modo, inicia-se a narrativa do tempo comunidade, abordando a Educação do Campo, suas Práticas Pedagógicas, Políticas Públicas e o grupo de mulheres. A pesquisa foi conduzida com mulheres residentes na zona rural de Manaus, no bairro do Puraquequara. Segundo pesquisa prévia na internet, a palavra "Puraquequara", de origem tupi-guarani, significa literalmente "a casa", "o refúgio" ou "a toca do poraquê", sendo essa a origem do nome das comunidades Bela Vista e Vila do Puraquequara. Assim, foi com esses grupos de mulheres, residentes nessas comunidades, que iniciamos nossa jornada de estudo, pesquisa e formação. Essas mulheres já desempenham trabalhos de geração de renda e têm apoio da Instituição Caritas Arquidiocesana de Manaus.



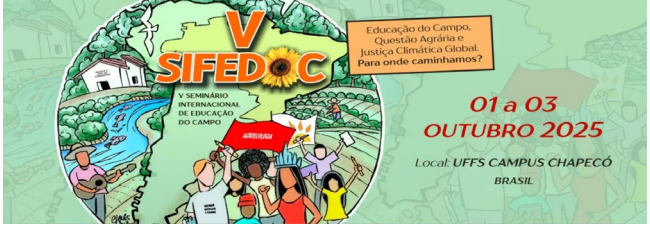
A pesquisa sobre Educação do Campo e suas Práticas Pedagógicas, realizadas ao longo do tempo na comunidade junto aos grupos de mulheres, possibilitou a formação dessas sobre a ação dos trabalhos que desenvolvem, o papel da liderança no interior dos grupos e a importância da coletividade para a geração de renda compartilhada. Como fundamentação teórica, utilizamos autores como Paulo Freire (2002), Caldart (2004) e Gohn (2010). Durante o período de convivência comunitária, inicialmente realizamos uma sondagem para conhecer melhor os grupos de mulheres e obter um diagnóstico real da comunidade, facilitando o início das investigações acerca da Educação do Campo, suas Práticas Pedagógicas e as Políticas Públicas.

Pouco a pouco, por meio de visitas para coleta de dados e diálogos com as mulheres, foi possível compreender e valorizar a riqueza de conhecimentos intrínsecos que elas carregavam. Através dessa formação, durante o processo, foi possível perceber todos esses saberes acumulados. Segundo Ghedin e Franco (2008, p. 47), “o movimento reflexivo do sujeito ao empírico gera novos conhecimentos, ou seja, nova compreensão e interpretação”.

Durante essa pesquisa, utilizamos a metodologia da escuta e dialética de Paulo Freire, o que permitiu fazer múltiplas descobertas acerca das problemáticas sociais na comunidade. Através das Práticas Pedagógicas e da Educação do Campo, apontamos possíveis resultados que contribuíram para uma compreensão mais ampla do contexto social e das necessidades locais.

Foi notório que os grupos de mulheres desenvolveram uma compreensão mais aprofundada da Educação do Campo, de suas Práticas Pedagógicas e das Políticas Públicas, podendo correlacionar essas práticas às políticas existentes e perceber como a ausência de tais políticas impacta suas vidas e suas lutas por direitos. Segundo Munarim et al. (2010, p. 15), “Educação do Campo é uma concepção de educação forjada a partir da luta pela terra e por políticas públicas empreendidas pelos movimentos e organizações sociais do campo”.

A importância da Educação do Campo e de suas Práticas Pedagógicas mostrou-se primordial para o trabalho de geração de renda desenvolvido pelo grupo, especialmente na organização coletiva do trabalho em busca de alternativas solidárias. A partir dos dados coletados durante a pesquisa de campo, foi possível



traçar um perfil do grupo e, por consequência, da comunidade, evidenciando a ausência de políticas públicas voltadas às demandas específicas do campo.

Verificamos que muitas das mulheres participantes sequer tinham conhecimento da existência de políticas educacionais que propunham uma abordagem diferenciada e adequada à sua realidade local. Essa constatação reforça a afirmação de Caldart (2012, p. 259), para quem é essencial “afirmar a luta por políticas que garantam aos trabalhadores do campo o direito à educação que seja no e do campo”

A Educação do Campo enfrenta o desafio crucial de fortalecer sua tradição emancipatória, que se baseia em uma perspectiva socialista e popular, valorizando a cultura, os saberes e as práticas dos sujeitos do campo. Essa abordagem é fundamental para garantir que a educação não apenas transmita conhecimento, mas também promova a autonomia e a identidade dos trabalhadores do campo. Além de sua importância fundamental, a Educação do Campo deve ser entendida como um processo em que “os seres humanos se fazem, se formam e se humanizam no fazer a história” (Caldart et al., 2012, p. 232).

Um dos princípios que orienta essa concepção educativa é o reconhecimento da diversidade de formas de fazer a história e da centralidade dos sujeitos enquanto parte ativa desse processo. Isso é essencial para a construção de uma pedagogia que dialogue com as realidades específicas do campo, contribuindo para uma formação contextualizada, crítica e transformadora.

O Fortalecimento da Educação do Campo como Instrumento de Emancipação

A Educação do Campo busca reafirmar sua tradição emancipatória, baseada em uma perspectiva socialista e popular que valoriza a cultura, os saberes e o protagonismo das populações do campo. Para isso, é essencial que os movimentos sociais tenham liberdade para construir uma pedagogia própria, alinhada às suas realidades e aspirações. No entanto, esse processo enfrenta desafios na relação com o Estado, cuja formulação de políticas públicas muitas vezes ignora as especificidades do campo, comprometendo o acesso à educação de qualidade. Assim, torna-se necessário lutar por políticas que garantam acesso, permanência e



valorização da educação do campo, respeitando as dimensões culturais, sociais e produtivas das comunidades camponesas.

Dessa forma, a Educação do Campo se apresenta como instrumento de resistência e transformação social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Seu fortalecimento depende do protagonismo dos movimentos sociais, da ampliação de políticas públicas eficazes e do compromisso coletivo em valorizar a educação no campo.

Sendo assim, conforme afirma Caldart:

> A educação popular vai se firmando como teoria e prática educativas alternativas às pedagogias e às práticas tradicionais e liberais, que estavam a serviço da manutenção das estruturas de poder político, de exploração da força de trabalho e de domínio cultural. Por isso mesmo, nasce e constitui-se como 'Pedagogia do Oprimido', vinculada ao processo de organização e protagonismo dos trabalhadores do campo e da cidade, visando à transformação social. et al. (Caldat, 2012, p. 283).

Essa concepção reforça o caráter emancipador da Educação do Campo, alinhando-se à luta por justiça social e à valorização dos sujeitos historicamente oprimidos.

Assim, a pesquisa evidenciou que a Educação do Campo, suas Práticas Pedagógicas e as políticas públicas desempenham papel fundamental na dinamização e na conscientização dos sujeitos rurais, contribuindo para a valorização de suas culturas, saberes e formas de organização social. Nesse percurso, a valorização da liderança feminina e o reconhecimento de seus saberes tornam-se essenciais para fortalecer a coletividade e promover avanços na luta por direitos. Como destaca Marilena Chaui (1989), "Apesar da desintegração do patriarcado rural, a mentalidade patriarcal permaneceu na vida e na política brasileira, pelas vias do coronelismo, do clientelismo e do protecionismo"—refletindo sobre a necessidade de uma contínua luta por igualdade de gênero e pelo reconhecimento das mulheres no campo e na sociedade de modo geral.

Transformações na Comunidade: O Impacto da Formação e da Prática Pedagógica na Organização do Trabalho

A partir da pesquisa e formação, podemos dizer que o perfil da comunidade que estava inerte agora se modificou, pois, com a formação, pode-se despertar o



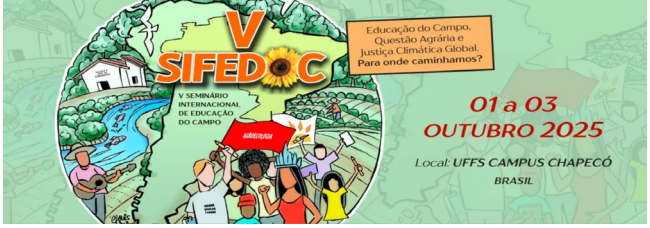
conhecimento e o senso crítico de cada mulher ali presente na organização do trabalho que estas já desenvolvem, mesmo que de maneira ainda frágil. Além disso, durante o tempo comunidade foi realizada, rodas de conversas sobre o trabalho que estas desenvolvem, foram feitas, com textos pedagógicos, sobre a organização do trabalho e a geração de renda compartilhada, com conteúdos baseados nos princípios da economia solidária garantidos pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que são: Autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário. Segundo Bobbio (2000 p. 8), "[...] a livre associação de indivíduos, com fins de produção e distribuição de bens produzidos e tendo em vista a eliminação de toda a tendência autoritária através da criação da autogestão, a partir de baixo".

Construção de Conhecimento e Planejamento Coletivo: Práticas Pedagógicas e Economia Solidária na Educação do Campo

Neste sentido, aplicando as Práticas Pedagógicas sobre a Educação do Campo e Economia Solidária, procuramos trabalhar com esses grupos de mulheres na organização do trabalho, socializando conhecimentos, para que estas, no futuro, possam elaborar um plano de formação nos princípios da geração de renda compartilhada.

Assim, destacamos a importância da Educação do Campo e as suas Práticas Pedagógicas durante essas formações; e, por meio da pesquisa, foi possível dialogar com os grupos de mulheres, seguindo os ensinamentos sobre a Educação do Campo e as suas Práticas Pedagógicas, fazendo questionamentos sobre a realidade da Educação do Campo na comunidade: como esta Educação do Campo é vivida na comunidade? As políticas públicas existentes na comunidade são de fato voltadas para as comunidades do campo? E o grupo, como vive a sua realidade de trabalho?

E, assim, foi possível traçar junto com as mulheres camponesas argumentos para que elas possam futuramente construir um plano de formação para a organização do trabalho nos princípios da geração de renda compartilhada.



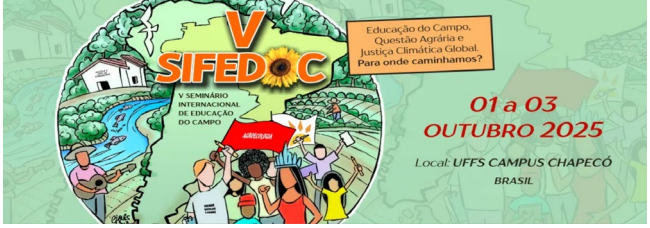
O protagonismo feminino nas comunidades do Puraquequara e Bela Vista

A partir da análise das experiências vividas pelas mulheres das comunidades Vila do Puraquequara e Bela Vista, evidencia-se a importância das Práticas Pedagógicas e da Educação do Campo na promoção da autonomia, cidadania e fortalecimento dos vínculos comunitários. Essas ações, apoiadas por estratégias dialógicas e pela participação ativa das mulheres, mostram-se essenciais para o reconhecimento dos direitos e a elaboração de políticas públicas mais qualificadas e contextualizadas às realidades das populações do campo.

Com a palavra final: as mulheres da Toca do Poraquê. Durante a pesquisa, as mulheres faziam uma breve apresentação e procuravam definir quem eram elas, e assim o grupo A definiu: 'Eu sou professora, mas gosto de ser chamada de educadora popular, porque trabalho aqui na comunidade'; 'Eu sou doméstica'; 'Eu sou artesã'; 'Eu sou tudo dentro de casa, mãe, pai, avó'; 'Às vezes sou até polícia aqui'. Com relação à educação, o grupo B definiu: “professor é tudo aqui na comunidade, o psicólogo, a assistente social”; “Educação do campo”? Aqui não temos. E as políticas públicas voltadas para o povo do campo? “Não existe aqui”; estas foram algumas das falas das mulheres durante o período da pesquisa e que deram origem ao desenvolvimento do artigo.

E assim, a Educação do Campo e as suas Práticas Pedagógicas foram vividas no tempo da comunidade junto com as mulheres; estas foram objeto da pesquisa e foi com elas e através delas, e com o apoio indispensável da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, que pudemos desenvolver o presente artigo.

Nesta pesquisa, procuramos uma história de um grupo inserido no movimento social, no qual já desenvolvia um trabalho, mas não tinha um amplo conhecimento sobre a Educação do Campo e as suas práticas pedagógicas. E seguindo o pensamento de Arroyo (1998), afirmamos que existe no campo um expressivo movimento pedagógico, com experiências escolares inovadoras coladas às raízes populares, às matrizes culturais do povo do campo; para Arroyo (1998), o movimento social já é em si educativo e então cabe a nós, como educadores e pesquisadores, ter a sensibilidade de perceber todos esses movimentos na sua essência de construção de uma nova sociedade.



As políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da população do campo enfrentam desafios complexos, marcados pela lentidão da governança em relação aos movimentos sociais e pelo histórico desprezo aos sujeitos do campo. No entanto, por meio da metodologia das Práticas Pedagógicas em Educação do Campo, foi possível desenvolver estratégias de pesquisa com grupos de mulheres, que, mesmo timidamente no início, expressaram suas reflexões de forma significativa. A pesquisa atingiu seus objetivos, mas também despertou novas inquietações, revelando que os problemas persistem e se adaptam às constantes transformações políticas, religiosas, econômicas e sociais vivenciadas pela sociedade.

Considerações finais

A análise das experiências vividas pelas mulheres nas comunidades Vila do Puraquequara e Bela Vista evidencia a importância da Educação do Campo como um instrumento de emancipação e transformação social. Ao valorizar os saberes e práticas dos sujeitos rurais, essa educação não apenas promove a autonomia e a cidadania, mas também fortalece os vínculos comunitários, permitindo que as mulheres se tornem protagonistas em suas realidades.

Entretanto, é fundamental reconhecer que as políticas públicas ainda carecem de um olhar mais atento às especificidades do meio rural, o que dificulta o acesso a uma educação de qualidade. Portanto, a luta por políticas que garantam o acesso, a permanência e a valorização da educação no campo é imprescindível para que as comunidades possam desenvolver suas identidades culturais e produtivas de forma plena.

Assim, a Educação do Campo deve continuar a ser um espaço de resistência e de construção de um projeto de sociedade mais justo e igualitário, onde as vozes das mulheres e de todos os sujeitos rurais sejam ouvidas e respeitadas. A efetivação dessa proposta depende do fortalecimento dos movimentos sociais, da ampliação de políticas públicas efetivas e do compromisso coletivo em valorizar as comunidades rurais e sua educação emancipatória. Somente assim, será possível construir um



futuro mais democrático e inclusivo, onde a educação se torne um verdadeiro motor de transformação social.

Referências bibliográficas

ARROYO, Miguel G.; FERNANDES, Bernardo M. ***A educação básica e o movimento social do campo*. Brasília**, DF: Editora, 1999.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). ***Dicionário da Educação do Campo*.** Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

DICIONÁRIO INFORMAL. ***Puraquequara***. Disponível em: https://dicionarioinformal.com.br/puraquequara/. Acesso em: 07 fev. 2024

FREIRE, Paulo. ***Pedagogia do oprimido***. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOHN, Maria da Glória. ***História dos movimentos e lutas sociais***. 7. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **IBGE**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/. Acesso em: 07 fev. 2024.

KOLLING, Edgar J.; CERIOLI, Ricardo P.; CALDART, Salete R. ***Educação do campo: identidade e políticas públicas***. Brasília, DF: Editora, 2002.

NASCIMENTO, V. F. ***Patriarcado rural: permanência e alterações da ordem patriarcal no meio rural*.** Sergipe: Universidade Federal de Sergipe – Campus de São Cristóvão. Disponível em: https://engepect.wordpress.com.br. Acesso em: 07 fev. 2024.

RODRIGUES BRANDÃO, Carlos. ***O que é educação***. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUSA, A.; OLIVEIRA, G.; ALVES, L. **A Pesquisa Bibliográfica: princípios e fundamentos**. Cadernos da Fucamo, Monte Carmelo, v.20, n.43, p.64-83, 2021.